**DISCURSO PROFERIDO PELO PRIMEIRO-MINISTRO E CHEFE DO GOVERNO, GABRIEL DA COSTA, POR OCASIÃO DA INVESTIDURA DO XV GOVERNO CONSTITUCIONAL**

Senhor Presidente da República

Senhor Presidente da Assembleia Nacional

Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça

Senhor Presidente do Tribunal de Contas

 Senhores membros do Governo

Senhor Decano dos Embaixadores acreditados em São Tomé e Príncipe

Senhor Comandante das Forças Armadas

Senhor Comandante da Polícia Nacional

Senhor Comandante da Guarda Costeira

Senhores Membros do Gabinete do Presidente da República

Distintos Convidados

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Cabe-me a honra e a espinhosa missão de chefiar o décimo-quinto Governo Constitucional.

Gostaria, em primeiro lugar, de manifestar o meu profundo reconhecimento às forças políticas e demais personalidades envolvidas na busca de solução de saída para a crise que nos últimos tempos se abateu sobre o nosso País, pela confiança em mim depositada.

Este Governo surge no contexto duma crise política sem precedente na história das nossas instituições.

Por isso, gostaria de render homenagem aos Senhores Ministros por terem acedido ao convite que lhes foi feito para integrar este Governo, numa conjuntura particularmente tão difícil.

É um contributo decisivo, como sucede em regimes democráticos, que coube as forças da oposição dar no sentido de gerar nova solução de governo, evitando assim que o caos se instalasse.

É um Governo saído duma maioria parlamentar inequívoca, que tem como uma das primeiras tarefas tranquilizar o cidadão perante o pânico causado pelas ameaças proferidas durante a crise. É uma mensagem, um sinal de tranquilidade para os empresários, para os trabalhadores, para os investidores nacionais e estrangeiros que escolheram São Tomé e Príncipe como país de acolhimento, de que não haverá caos.

Senhor Presidente da República, Excelências

A defesa do interesse nacional é a linha de rumo que nos propomos seguir durante o período da nossa governação.

A vocação para o diálogo, será uma constante na nossa atuação, com a humildade de quem conhece a complexidade da tarefa que tem pela frente, de quem sabe serem escassos os recursos disponíveis e sobretudo perante a crise que assola o mundo e flagela as economias vulneráveis como a nossa.

É preciso fornecer-se um quadro de tranquilidade e segurança essencial ao funcionamento das nossas instituições democráticas e ao desenvolvimento económico e social do País.

Temos por missão restabelecer o clima de estabilidade e de confiança abalado pela crise política artificialmente engendrada apenas com o propósito de provocar eleições legislativas antecipadas.

Brevemente, o Governo submeterá à Assembleia Nacional o programa e o orçamento enquanto principais instrumentos de governação, e a orientação estratégica para os próximos tempos destinada à criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento económico e social do País.

No âmbito da política externa, trabalharemos no sentido de fortalecer os excelentes laços de cooperação, apostando de forma clara na dinamização do relacionamento bilateral e também das estruturas multilaterais, para a melhoria das condições de vida das nossas populações.

Manter-se-á uma cooperação institucional estreita com os órgãos de soberania Presidente da República e Assembleia Nacional de modo a garantir a necessária unidade de acção para vencer a crise.

Senhor Presidente, Excelências,

Tal como a democracia, a liberdade, a autonomia regional é hoje uma realidade inquestionável na vida política são-tomense e tem-se revelado num dos aspetos exemplares na consolidação do nosso regime democrático. No quadro do Estado unitário, o regime autonómico regional tem, apesar das dificuldades que conhece o País, procurado encontrar resposta adequada aos problemas específicos da Região e às justas aspirações de progresso e de bem-estar da população do Príncipe. Gostaríamos, pois, de afirmar o nosso desígnio no estabelecimento duma cooperação institucional com os órgãos do Governo Regional geradora do progresso e baseada no respeito pelos princípios constitucionais e estatutários da Região Autónoma do Príncipe, contribuindo assim para fortalecer a unidade nacional. Tudo isto sem nos esquecermos da necessária cooperação com os órgãos das autarquias locais.

Adotaremos mecanismos que assegurem a transparência na gestão da coisa pública num propósito de dignificação e rigor no exercício do cargo público.

Estamos empenhados no reforço da imagem do País, na consolidação dos mecanismos económicos e institucionais que valorizem a participação dos agentes nacionais no processo produtivo, num clima de estabilidade e de confiança dos operadores económicos.

Elegeremos o diálogo social como fator de confiança e sinergia institucional, face as particulares dificuldades que o país atravessa.

Pugnaremos por uma política de contenção de despesas públicas para termos menos Estado e melhor Estado.

Procuraremos criar um melhor ambiente para o desenvolvimento das empresas por forma a suscitar o interesse e a confiança dos investidores nacionais e estrangeiros.

Pautaremos a nossa acção por uma política de desenvolvimento que fomente a diversificação de actividade no espaço rural estimule a iniciativa e promova o emprego.

Excelência, Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Sendo a energia um sector fundamental de desenvolvimento, só uma política coerente e realista poderá minimizar as carências que persistem neste sector, devendo prosseguir-se os trabalhos no âmbito do plano energético com vista a adopção de oportunas medidas de médio e longo prazo, mais adequadas para satisfazer as necessidades cada vez mais crescentes das populações em matéria de energia.

A clara vocação do nosso país para o turismo fará desse sector uma prioridade na agenda da governação.

Estamos plenamente convencidos que deveremos continuar a apostar na educação e na formação e a valorização profissional, promover um sistema de saúde mais eficiente e de melhor qualidade. O País reclama um sistema de saúde mais eficiente que preste melhores serviços aos cidadãos.

 O combate às desigualdades sociais, a prevenção e o combate ao tráfico e consumo de drogas são, obviamente, tarefas ingentes.

Como o afirmamos em repetidas ocasiões, o País precisa de ter uma justiça eficaz para garantir os direitos e a segurança dos cidadãos.

 A nossa política de defesa será assente na salvaguarda dos interesses nacionais. A política de cultura estará alicerçada nos valores de cidadania.

Prosseguiremos a aposta na resolução dos grandes problemas ambientais, nomeadamente no tratamento de resíduos sólidos, de esgotos, melhoria de abastecimento de água às populações, na construção de aterros sanitários etc. É urgente intervir em áreas criticas em termos de passivo ambiental, designadamente o abate indiscriminado de árvores, a extração de areia e outros inertes.

 Será, igualmente, tarefa ingente deste Governo a melhoria dos procedimentos de prevenção e de combate a criminalidade, que não se compadece hoje com os processos tradicionais de combate face ao crime organizado.

Temos por certo que a reforma do sistema de justiça e o correcto funcionamento das instituições judiciárias não serão alcançados enquanto não houver vontade política séria para levar a cabo a tão propalada reforma cujo adiamento tem reflexos negativos nos direitos dos cidadãos. Constituirá um dos objetivos deste Governo a mobilização da sociedade civil e os protagonistas políticos com vista a realização da reforma.

Procuraremos manter uma importante defesa dos interesses de São Tomé e Príncipe e dos são-tomenses no plano internacional, na afirmação dos nossos valores culturais, o reforço de diálogo político e de cooperação económica com os tradicionais parceiros de desenvolvimento, com particular destaque para as relações com os Países da Comunidade de Língua portuguesa.

Numa área geograficamente mais próxima, importa salientar o interesse particular que o XV Governo manifesta por uma acrescida relação com a República de Angola. Pretendemos reforçar igualmente os laços de cooperação e de amizade existentes com a Guiné Equatorial, o Congo Brazaville, e a Nigéria, sem prejuízo do intercâmbio com os demais países da nossa sub-região.

 Senhor Presidente, Excelências

Para além das questões de natureza económica o País experimenta um défice de qualidade da democracia e da representação política e que em parte poderá explicar a crise que acabou por eclodir. Com efeito, a forma como se faz política em São Tomé e Príncipe revela um grande défice, tornando-se necessário proceder algumas reformas no seio do próprio Estado e das instituições políticas, nomeadamente quanto a revisão do sistema eleitoral, do financiamento dos partidos políticos no sentido de transparência e de controlo, etc.

Têm sido desvirtuados os princípios políticos e os valores éticos que devem orientar as características básicas da nossa jovem democracia.

Temos a legítima ambição e obrigação de não deixar o País se soçobrar no caos.

Trabalharemos em conjunto, Governo e os deputados da maioria agindo em sintonia com o Senhor Presidente da República e animados unicamente com empenho e determinação de bem servir a Nação e o Povo são-tomense.

Estaremos atentos às legítimas preocupações das populações, procurando governar com eficácia, rigor, transparência e maior exigência e competência nas decisões e mais pautados pelo interesse nacional que pelos interesses de grupos, numa exemplar cooperação e lealdade institucional.

E desde já, gostaria, solenemente, de afirmar perante Vossa Excelência e o País toda a minha lealdade institucional.

Afirmamos a nossa vontade de contribuir para o reforço da imagem de São Tomé e Príncipe no exterior seriamente beliscada pelos últimos acontecimentos e tudo faremos para que, em conjunto, possamos dar um verdadeiro rumo nacional ao exercício da nossa democracia.

Faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para que haja um clima do melhor entendimento e a colaboração institucional para que entremos na normalidade.

Estamos cientes de que é um tempo que seguramente se apresenta recheado de dificuldades.

Essa equipa maioritariamente jovem que tenho a honra de presidir aceitou o desafio de ajudar a pacificar a sociedade são-tomense, com trabalho sério e rigoroso.

A nossa acção política e governativa será pautada pelo diálogo porque acreditamos nas suas virtualidades como forma de gerar consensos.

Faremos a correta e rigorosa aplicação dos dinheiros públicos

Apostamos nos jovens, como protagonistas do progresso e para a melhoria do nosso devir coletivo.

Excelência, Minhas Senhoras e meus Senhores

Mudar é uma tarefa complexa, mas não é impossível.

As reformas importantes têm sido deixadas de lado. A reforma do sistema político, por exemplo, se impõe como prioridade absoluta porque dela emanarão as mudanças que se fazem necessárias para resgatar os valores do civismo e da moralidade.

Termino renovando os meus penhorados agradecimentos pela confiança que em mim depositaram e no elenco que tenho o ensejo de dirigir.

Bem-haja.